Clipping Diário

TJPI

06.12.2018

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O Dia	06/12/18	-	

O aumento é superior a R$ 4 mil no salário de cada juiz e desembargador da corte piauiense

Elias Fontenele/O DIA

TJ pede reajuste de 16% para juízes e desembargadores

Caso o aumento seja aprovado, ele vai compensar o auxílio-moradia que os juízes e desembargadores recebem

Maria Clara Estrêla
Repórter

O Tribunal de Justiça do Piauí, por meio de seu presidente, o desembargador Erivan Lopes, encaminhou, no último dia 03 ao Legislativo, um projeto de lei pedindo um aumento de 16% nos vencimentos dos magistrados do Judiciário piauiense. Na prática, o aumento solicitado para desembargadores é de R$ 4.991,12 (saindo de R$ 30.471,10 para R$ 35.4662,22).

Também são contemplados com o pedido de reajuste juízes de entrância final, com aumento de R$ 4.750,87; juízes de entrância intermediária, com reajuste de R$ 4.504,49; juízes de entrância inicial, com um reajuste de R$ 4.279,27 e juízes substitutos, com reajuste de R$ 4.065,30.

O texto do Projeto de Lei nº 83/2018 prevê foi aprovado no início da semana pelo Plenário do Tribunal de Justiça e leva em consideração a Lei Federal 13.752, de 26 de novembro deste ano, que versa sobre o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal e os efeitos dela decorrentes com relação aos subsídios da magistratura nacional. No PL encaminhado ao Legislativo, o Tribunal de Justiça destacou a necessidade de adequar a remuneração dos magistrados do Piauí à decisão sobre o salário dos ministros do STF.

Caso o PL seja aprovado pelo Legislativo e sancionado pelo Executivo, os reajustes deverão ser aplicados também aos magistrados aposentados e às pensões de seus dependentes. Além disso, o texto prevê também que o pagamento do auxílio-moradia aos juízes e desembargadores seja cessado no momento em que o reajuste entrar no contracheque. O projeto de Lei ainda não foi apreciado no Plenário da Assembleia.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	06/12/18	-	

João Mádison diz que aumento salarial para MP e TJ é constitucional

" O Ministério Público e o Tribunal de Justiça ganham baseado no que ganha um ministro do Supremo, então foi dado o mesmo percentual de 16% para os desembargadores e juízes", disse o deputado.

ANDRESSA MARTINS
TERESINA

BÁRBARA RODRIGUES
TERESINA

05/12/2018 17h58 - atualizado 17h58

Foram aprovados na última terça-feira (4), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Assembleia Legislativa do Piauí, os projetos de lei que pretendem aumentar o salário dos membros do Ministério Púbico do Estado e dos magistrados do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI). O pedido de reajuste no Judiciário se dá como efeito cascata após o presidente Michel Temer sancionar um aumento de mais de 16% aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ainda foram aprovados, dois projetos do MP que institui a gratificação de segurança para militares e que modifica a remuneração dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança da instituição.

Na proposta enviada pelo procurador-geral de Justiça Cleandro Moura, o reajuste pedido é de 4,5%. Já o projeto de lei apresentado pelo TJ-PI quer um aumento de mais de 16%.

O deputado João Mádison, presidente da reunião na CCJ, disse que "constitucionalmente" não poderia "ser contra" a aprovação na comissão: "Dentro da lei, constitucionalmente, eu não posso ser contra, até porque o próprio presidente da República sancionou. O Ministério Público e o Tribunal de Justiça ganham baseado no que ganha um ministro do Supremo, então foi dado o mesmo percentual de 16% para os desembargadores e juízes. O Ministério Público aproveitou e também aumentou suas gratificações, constitucionalmente falando, eu não posso ser contra, tenho que aprovar", afirmou Mádison.

Impacto

Apesar de ter sido aprovado, o relator entende que o aumento gera um impacto, em especial pela crise econômica enfrentada pelo país. Mádison disse ainda que o Ministério Público e o TJ-PI "disseram que tinha orçamento para isso".

"Agora, eu acho que isso vai impactar muito, principalmente nesse momento de crise, mas se o presidente da República sancionou, eu não posso ser contra. Até porque o poder judiciário e Ministério Público têm o seu duodécimo baseado naquilo, eles mandaram o que existia no orçamento. Se eles disseram que tinham orçamento para isso, eu aprovei na comissão, agora vai para o plenário", afirmou Mádison.

O deputado Evaldo Gomes (PTC) defendeu que tanto o Ministério Público quanto o TJ-PI possuem independência orçamentária. "O Ministério Público e o TJ possuem orçamento próprio, então a decisão se vai dar reajuste ou não é muito pessoal deles. Acho que a partir do momento que houve um reajuste no Supremo Tribunal Federal, desencadeia um efeito cascata em todas as Casas, inclusive nas legislativas", afirmou

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	06/12/18	-	

Piauí

Magistrados do Piauí querem aumento salarial de 16%

Os desembargadores do TJ-PI aprovaram em sessão plenária o aumento no subsídio, levando em consideração o reajuste salarial dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

BÁRBARA RODRIGUES
TERESINA

06/12/2018 09h47 - atualizado 17h27

O presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, o desembargador Erivan Lopes, encaminhou para a Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi), no dia 3 de dezembro, projeto de lei que pede aumento de mais de 16% nos salários dos magistrados. A proposta já foi aprovada na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) da Alepi na terça-feira (4) e agora segue para votação no plenário.

Os desembargadores do TJ-PI aprovaram em sessão plenária o aumento no subsídio, levando em consideração o reajuste salarial dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que foi sancionado pelo presidente Michel Temer (MDB) no dia 26 de novembro. Os subsídios mensais dos ministros foram reajustados em 16,38%, saindo de R$ 33,7 mil para R$ 39,2 mil. Para o aumento, foi revogado o auxílio-moradia.

Veja aqui o projeto de lei

Foto: Lucas Dias/GP1

Desembargador Erivan Lopes

O salário dos ministros do STF serve de teto para o funcionalismo público em todo o Brasil, provocando um efeito cascata, onde os demais cargos também vão poder ter aumentos.

No caso do Tribunal de Justiça do Piauí, os desembargadores ganham R$ 30.471,10 e a proposta é que recebam R$ 35.462,22 mil, o juiz de direito de entrância final ficaria com R$ 33.689,11 mil, o juiz de direito entrância intermediária com R$ 32.004,65 mil, o juiz de direito entrância inicial R$ 30.404,42 mil e o juiz de direito substituto R$ 28.884,20 mil.

Também será aplicado aos proventos dos magistrados aposentados e às pensões de seus dependentes o mesmo percentual. Além disso, a proposta determina que a cessação do pagamento do auxílio-moradia somente ocorra quando for implantado o aumento. As despesas serão decorrentes das dotações orçamentárias consignadas ao Poder Judiciário, condicionada a sua disponibilidade financeira e orçamentária.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Meio Norte	06/12/18	-	

Desembargador Luiz Gonzaga fala sobre passagem na vice-corregedoria

Nessa quarta-feira (05/12), o programa **Agora** com **Amadeu Campos** recebeu em seus estúdios o **Desembargador Luiz Gonzaga Brandão** que falou sobre sua passagem na vice-corregedoria do Tribunal de Justiça do Piauí.

Amadeu Campos: "Você já foi presidente, vice-presidente, corregedor e agora está concluindo mais uma etapa na corregedoria. Qual o saldo?"
Luiz Gonzaga: "A pedido do presidente, desembargador Erivan Lopes, eu assumi a vice-corregedoria agora no mês de julho, não era mais um desejo meu assumir qualquer cargo no Tribunal de Justiça do Piauí porque eu já passei por várias etapas e já estou caminhando para uma futura aposentadoria daqui há três anos, mas aceitei a vice corregedoria que foi criada em julho desse ano e nós conseguimos colocar os primeiros fundamentos, que trata exatamente de todos os cartórios extra judiciais do Piauí. Então fizemos um levantamento através do nosso juiz auxiliar, Dr. Luiz Henrique e nesses quatro meses, embora o tempo seja curto, nós já fizemos um trabalho que eu acho que dá para que o próximo vice-corregedor, desembargador Otto, possa ter realmente como trilhar o seu caminho sem ser saindo do zero como nós saímos".

Amadeu Campos: "A gente está vivendo um momento difícil da economia do Brasil isso se reflete nos tribunais e na justiça, na prescrição jurisdicional, a justiça é fundamental e o povo quer que ela seja mais rápida. O senhor está otimista, a partir do ano que vem? com novo governo e nova diretoria no Tribunal?
Luiz Gonzaga: "Eu estou otimista porque cada ano que passa as coisas tendem a melhorar, nós nunca podemos apostar no derrotismo, temos que apostar na esperança de que dias melhores virão eu acredito que tanto a nível nacional, com novo presidente, tanto a nível estadual com nosso atual governador e também em relação ao desembargador Sebastião Ribeiro Martins, nós teremos grandes trabalhos a fazer e cada vez mais criando enlarguecendo e prestando a jurisdição a todos os piauienses que desejam que a Justiça seja rápida como ainda não é, mas nós estamos chegando a meta e eu acredito que isso não demorará muito".